

Em nome da unidade: a traição e a moral comunista

Éder da Silva Silveira*

Resumo: O artigo propõe uma reflexão sobre a noção de traição e suas interfaces com a moral comunista. A partir da leitura e análise de textos publicados em *A Classe Operária* nas décadas de 1970 e 1980, busca-se explicar que a evocação e utilização da qualificação de “traição” ou de “traidor” nos partidos comunistas serviram, sobretudo, para a mobilização de dois importantes campos da Moral Comunista, responsáveis por produzir e transmitir um sentido de unidade e por atuar na manutenção de suas estruturas hierárquicas.

Palavras-chave: Traição. Comunismo. Dissidência comunista.

Introdução: a noção de traição

A análise da trajetória de vida de Manoel Jover Teles, membro do PC do B acusado de traição e de cooperação com os órgãos da repressão no episódio conhecido como a “Chacina da Lapa”, permitiu-me refletir sobre o tema da traição e perceber o quanto ele é delicado e complexo, uma vez que atravessa e se insere em outros campos, como os da memória, da cultura política e do ressentimento¹. Estudar o fenômeno da traição é desafiador. Em primeiro lugar, porque geralmente o termo refere-se a uma categorização moral negativa. O tema, tão presente na história das sociedades desde a Antiguidade, é praticamente ausente nas pesquisas das Ciências Sociais em geral e, na História, em particular. A ausência de estudos dedicados à questão, como evidenciou Sébatien Schehr, não pode

* Professor do Departamento de História e Geografia da UNISC. Doutor em História (Unisinos). Contato: eders@unisc.br. Financiamento: CAPES;UNISC.

ser reduzida apenas a uma questão de “falta de interesse ou curiosidade”. Para Schehr, outros fatores devem ser considerados. Para ele, “a banalização do fenômeno”, o “desvio de foco” da pesquisa para fatos ou temas correlatos à “traição”, ou mesmo a crença em uma “unidade original”, também são fatores que contribuem para que a traição, enquanto fenômeno social, encontre-se marginalizada, mesmo estando “[...] presente em todas as escalas do social, seja na vida cotidiana, seja no imaginário” (SCHEHR, 2008, p. 9-12).

A noção de traição foi melhor delineada na França. Isso pode ser percebido em trabalhos de Sébastien Schehr (2008; 2010), Claude Javeau (2010), Sylvain Boulouque e Pascal Girard (2007). Até o momento, são três os principais livros que melhor definiram essa noção: *Traîtres et trahisons: de l'Antiquité à nos jours*, *La trahison: de l'adultère au crime politique*, e *Traîtres et trahisons: guerres, imaginaires sociaux et constructions politiques*. A noção como “uma construção social, política e jurídica”, conforme explicitaram Boulouque e Girard, também nos permite lembrar que a traição não raramente foi utilizada como um instrumento de poder para perseguir, persuadir, exilar e punir ações e “[...] movimentos que colocam ou colocaram em perigo um determinado regime” (BOULOUQUE; GIRARD, 2007, p. 20).

Para Sylvain Boulouque e Pascal Girard, “[...] a traição é uma figura retórica particularmente presente na literatura e um dos temas recorrentes nos romances, em especial nos romances da educação sentimental, policial ou de espionagem”. É, também, “[...] a projeção de proibições fundadoras que definem por antítese os fundamentos das relações sociais”. Por isso, “[...] é, por consequência, os usos que dela são feitos” (BOULOUQUE; GIRARD, 2007, p. 12). Desse modo, quando falamos em “traição”, não nos referimos a um conceito estático e/ou objetivamente consolidado, mas, sim, de uma noção que se vincula às sensibilidades, a usos retóricos e às representações.

A noção delineada por Boulouque e Girard é bastante operacional para pensar, sobretudo, que a “traição” pressupõe uma ruptura de vínculos de lealdade e confiança. Ela nos permite, nesse sentido, “[...] interrogar as relações entre os indivíduos e os conjuntos onde eles são membros [...]” e, também, compreender e explicar “[...] questões relativas às normas e aos modelos de vida do grupo considerado”. Ela “[...] permite apreender as relações sociais nas

rupturas e na maneira como os grupos sociais tentam se precaver” (SCHEHR, 2008, p. 13).

Michel Foucault, no clássico texto *El coraje de la verdad*, resultante do curso ministrado por ele no *Collège de France*, entre os anos 1983 e 1984, fez importantes considerações a respeito da Retórica. Para ele,

[...] puede decirse que la retórica, tal y como se la definía y practicaba en la Antigüedad, es en el fondo una técnica que incumbe a la manera de decir las cosas, pero no determina en modo alguno las relaciones entre quien habla y lo que dice. La retórica es un arte, una técnica, un conjunto de procedimientos que permiten al hablante decir algo que tal vez no sea en absoluto lo que piensa, pero que va a tener por efecto producir sobre aquel [a] quien [se dirige] una serie de convicciones, que va a inducir una serie de conductas, que va a establecer una serie de creencias. En otras palabras, la retórica no implica ningún lazo del orden de la creencia entre quien habla y lo que este [enuncia]. El buen retórico, el buen rétor, es el hombre que puede perfectamente y es capaz de decir muy otra cosa que lo que sabe, muy otra cosa que lo que cree, muy otra cosa que lo que piensa, pero de decirlo de tal manera que, en resumidas cuentas, lo que diga – que no es ni lo que cree, ni lo que sabe – será, llegará a ser lo que creen y creen saber aquellos a quienes él se há dirigido (FOUCAULT, 2010, p. 33).²

A ideia de retórica como um conjunto de procedimentos que permitem a quem fala dizer algo que talvez não seja absolutamente o que pensa, mas que terá por efeito produzir sobre aquele(a) a quem se dirige uma série de convicções, induzindo-o a uma série de condutas, e estabelecendo uma série de crenças, é bastante apropriado para também compreender a traição como uma “figura retórico-discursiva” e pensar sua interface com a “moral comunista”. A rigor, sendo um conjunto de normas ou regras adquiridas através da cultura, da educação, da tradição etc., a moral tem como principal função regulamentar o comportamento dos indivíduos. Sobretudo em relação aos comunistas, ela se apoia em figuras retórico-discursivas

que irão desempenhar importante papel para a mobilização de valores e modelos exemplares de revolucionários. Para pensar a moral comunista e sua interface com a noção de traição, é importante não reduzir o conceito de moral àquele apresentado pelo Inquérito Policial Militar 709: “[...] *um conjunto de regras e normas que determinam a conduta dos militantes*” (O COMUNISMO..., 1966, p. 57). Partilhando da reflexão de Pedro Goergen, destacado professor e filósofo contemporâneo, acreditamos que “[...] os problemas morais não se restringem ao comportamento desse ou daquele grupo social, desse ou daquele indivíduo”. Eles “[...] se encontram intrinsecamente relacionados às tradições, aos costumes e aos valores que constituem o ethos histórico-cultural da sociedade”. Significa dizer que, nesta perspectiva, concebemos a moral comunista como um conjunto de regras e normas que determinam a conduta dos militantes, mas que se encontra vinculado ou ancorado em tradições, costumes e valores da cultura comunista. Por isso, como sugeriu Goergen, “[...] é necessário um repensar amplo e corajoso dos arquétipos” da própria cultura (GOERGEN, 2007, p. 737).

Também é preciso observar que quando Foucault diz que “[...] a retórica não implica nenhum laço de ordem de crença entre quem fala e aquilo que enuncia [...]”, não significa dizer que estes laços não possam existir. No caso dos comunistas, o que diziam em relação à traição é sempre ou quase sempre vinculado à crença na revolução socialista e na ideia de um partido infalível, unido, coeso. Como veremos, não raro, o uso da qualificação de traição na cultura comunista estará associado a uma forma de manutenção de poder dentro da estrutura hierárquica do partido, na medida em que desmoralizava, estigmatizava e expurgava elementos dissidentes ou que se opunham ao Comitê Central ou parte dele. A questão da retórica diz respeito ao exercício do convencimento (de si e do outro) pelo uso dos construtos da linguagem. Mas, no caso dos comunistas, uma linguagem que muitas vezes está associada às normas de conduta de um Partido, dificilmente estará dissociada de crenças, uma vez que o marxismo-leninismo integra um conjunto de dogmas pelos quais os militantes acreditavam, dentre eles o de que a Revolução Socialista seria, inexoravelmente, uma realidade.

A traição produz sobre aquele que é considerado traidor um determinado estigma que configura e modela, a partir de rótulos e uma série de características, uma imagem que se projeta e que estabelece uma separação ou polarização entre um “nós” e um “eles” que, geralmente, serão apresentados “em uma relação de tipo amigo/inimigo”. Além disso, Sébastien Schehr salienta que “[...] a temática da traição é florescente nos períodos de conflito”. Para ele, “[...] os grupos sociais implicados em um conflito são mais sensíveis à toda transgressão”. Dessa maneira, as figuras do “traidor” e da “traição” muitas vezes são utilizadas “[...] para expurgar a estranheza [...]” e “[...] ocultar discordâncias [...]”. Sob este aspecto, a traição não seria apenas um “instrumento de poder” por parte do “nós”, como sublinhou Schehr (2008, p. 65), mas, também, uma forma de “[...] exercer uma pressão moral apoiada sobre a força da representação do inimigo interior [...]”, conforme sublinhou Sylvain Boulouque (2007, p. 21) ao se referir ao trabalho de Pascal Girard³.

O que proponho neste artigo é uma reflexão sobre a noção de traição e suas interfaces com a moral comunista. A partir da leitura e análise de textos publicados em *A Classe Operária* e no *Inquérito Policial Militar 709*, busco explicar que a evocação e utilização da qualificação de “traição”, ou de “traidor”, serviram, sobretudo, para a mobilização de dois importantes campos da Moral Comunista, responsáveis por produzir e transmitir um sentido de unidade e um sentido para a maneira como se justificava a manutenção da estrutura hierárquica dentro do Partido Comunista.

Os partidos comunistas no Brasil, particularmente o PCB e o PC do B, estavam inseridos em uma cultura política que zelava para que nada fragilizasse a imagem da infalibilidade do Partido e a crença na Revolução. Os comunistas lidavam constantemente com questões relativas à fidelidade à organização, até porque se tratava de um mecanismo essencial para a atuação na clandestinidade, em que a cumplicidade era fundamental para a sobrevivência do grupo. Ao mesmo tempo, fazia parte das ações praticadas pelos partidos comunistas a orientação de que “[...] apenas depurando-se o partido se fortalece dos elementos oportunistas”⁴. A identificação e o expurgo de traidores do seio do Partido estavam vinculados a uma cultura comunista na qual a vigilância e o controle são fundamentais na

estrutura de poder dos partidos. Assim, a fidelidade e o combate aos “inimigos internos”, embora não existissem apenas no sentido retórico, integravam a crença naquilo que era concebido como necessário para levar a Revolução adiante.

Para identificar alguns elementos que compõem a retórica da traição no universo comunista, analisamos alguns casos de expulsão de dirigentes comunistas registrados no jornal *A Classe Operária*, particularmente nas décadas de 1970 e 1980, já na fase em que era órgão oficial do PC do B.⁵

A “traição revisionista”

A primeira expulsão de Manoel Jover Teles foi noticiada em *A Classe Operária* na edição de número 143, de maio-junho de 1980. O Comitê Central do PC do B divulgou que Jover Teles, além de ter “[...] vindo das hostes revisionistas de Prestes [...]”, também “[...] desertou do Partido e de suas tarefas de dirigente da organização de vanguarda do proletariado [...]” e “[...] renegou o Partido atacando-o numa linguagem de serviçal da reação [...]” no relatório de sua autoria, em que explicou sua versão sobre os acontecimentos da Lapa⁶.

Assim, a justificativa para a expulsão que foi noticiada pelo Partido naquela circunstância era composta de três elementos principais: Jover Teles teria demonstrado postura revisionista, além de ter criticado o Comitê Central e praticado “deserção” partidária.

Podemos definir o “revisionismo” como uma expressão e um mecanismo utilizado por um partido comunista para identificar, criticar, punir e vigiar qualquer infidelidade à sua linha ideológica (teórica e prática), particularmente ao seu conceito de “marxismo-leninismo”. Tratava-se de um mecanismo de poder dos “núcleos dirigentes”, um vetor de educação ideológica, moral e identitária e, também, um mecanismo integrante das práticas de depuração da cultura comunista. Nessa perspectiva,

[...] a concepção de ideologia como um processo de constante depuração, em busca de uma transparente e límpida “ideologia proletária”, que se confunde com o próprio partido, sempre

esteve presente na tradição bolchevista. Tratava-se da ideia de que aqueles que não pertencem às fileiras da classe operária são indignos de entrarem ou permanecerem na organização revolucionária, restando-lhes tão somente a qualificação de “inimigos”. Denunciá-los, portanto, tornou-se um mecanismo fundamental para definir a identidade do proletariado e a do próprio partido, que se apresentava como seu único e verdadeiro representante (FERREIRA, 2002, p. 159).

Em relação ao PC do B, o revisionismo foi bastante importante e evocado em momentos de crise em seu jornal ou em outros documentos, especialmente os originados em congressos, discursos, resoluções e textos em geral de educação ideológica. Em *A Classe Operária*, o termo foi empregado frequentemente na década de 1970, principalmente a partir do final da Guerrilha do Araguaia e da Chacina da Lapa. A utilização deste mecanismo não era um elemento original do PC do B. Pelo contrário, tratava-se, sim, de uma característica presente nos combates travados pelos comunistas contra as tendências críticas e às posturas ou movimentos dissidentes no interior de seus partidos. Vale lembrar, neste sentido, que essa prática de vigilância e educação em prol da unidade, acreditada necessária para a revolução, estava presente na cultura comunista em geral, inclusive no antigo “Partidão”, o PCB. Heitor Ferreira Lima, em suas “memórias de militância” no Partidão, particularmente sobre sua permanência na Escola Leninista Internacional de Moscou, registrou que durante o período que lá residiu, de 1927 a 1930, “[...] deram-se as duas mais duras dissensões ocorridas na história do PC russo, sendo a primeira chamada de Oposição Trotskista e, depois, de Oposição Unificada [...]”. Em um Congresso ocorrido em janeiro de 1925, “[...] o trotskismo foi condenado como falsificação do marxismo [...]” e, “[...] em setembro de 1927, Trotski, Zinoviev, Kamenev e outros são expulsos [...]”. A situação ficaria mais crítica na XVI Conferência do PCUS, em abril de 1929. Conforme registrou Heitor, “[...] a Conferência decide igualmente a realização de um expurgo nas fileiras partidárias, de caráter acentuadamente ideológico” (LIMA, 1982, p. 114-117). Segundo identificou Jorge Ferreira em seu estudo sobre a cultura comunista, “[...] a produção

e a emissão de bens simbólicos ameaçadores à integridade partidária e o manejo de imagens e representações acerca do perigo verdadeiramente assustador de traidores e renegados [...]", ou seja, "[...] homens que escapariam às regras [...]" ou que estavam "[...] sempre prestes a solapar a coesão e a harmonia do partido [...]", sempre estiveram presentes e "[...] se manifestaram, com vigor, na cultura bolchevista". De acordo com o historiador, o PCB cometeu a sua "[...] primeira grande experiência em execrar dissidentes" já no final de 1927, "antes, portanto, da entrada definitiva do stalinismo no Brasil" (FERREIRA, 2002, p. 151). Como ainda veremos, era comum apontar a "heresia" do revisionismo para justificar o expurgo. Desse modo, a expulsão de Jover Teles do PC do B, no início da década de 1980, está também inserida em um universo da cultura política dos comunistas que continuou em movimento mesmo depois das cisões do início dos anos 60. Dentre as "tradições" do PCB seguidas pelo PC do B estava a "resolução das divergências por meio de expulsões e cisões" (SALES, 2007, p. 71).

Em novembro de 1977, o PC do B publicou em seu órgão oficial um texto interessante e bastante revelador sobre este tema. Intitulado *A traição revisionista*, o artigo sublinhou algumas questões relativas ao revisionismo desde o Relatório Krushev. Para o PC do B, "[...] o XX Congresso do PCUS, em 1956, foi um marco na escada da traição [...]" (*sic!*). Isso porque nele teria sido elaborada "[...] uma linha oportunista que afetava o movimento operário e comunista mundial". Na percepção do Partido, após a morte de Stálin, "o socialismo regrediu [...]" na URSS não como resultado de "um ataque direto do exterior por parte dos países capitalistas", mas, sim, porque "[...] o golpe partiu de dentro, do seio das fileiras operárias, onde se tinham emboscado inimigos de classe"⁷. Ou seja, o socialismo da URSS teria "regredido" por responsabilidade dos "traidores revisionistas" que estavam dentro do PCUS. Para os comunistas do PC do B, as críticas a Stálin a partir de 1956 representaram não apenas "um golpe", elas abriram caminho para uma releitura do "marxismo-leninismo" na URSS que seria incompatível com a manutenção e com o desenvolvimento da revolução socialista, bem como com a visão do Comitê Central do PC do B e com

a de partidos comunistas de outros países. O artigo de A Classe Operária salientou:

Utilizando a demagogia e indicando falsas perspectivas, esses inimigos, personificados na camarilha kruschovista que ascendera por meio de sujas manobras a posições importantes na direção do Partido e do Estado, revisaram o leninismo em questões essenciais, e destruíram a verdadeira organização de vanguarda da classe operária. Inicialmente, concentraram seus ataques em duas direções: contra o núcleo dirigente do Partido e contra o marxismo-leninismo, este representado por Stálin, fiel discípulo de Lênin, porta bandeira das ideias revolucionárias. O núcleo dirigente foi arrasado através de golpes baixos, inclusive com o emprego do Exército. Sob o disfarce de combate ao culto à personalidade, Krushev e seus sequazes elamearam as obras e a memória daquele que esteve à frente do Partido e do Estado durante um longo período de construção do socialismo, que havia conduzido a União Soviética, de vitória em vitória, a uma situação invejável (A TRAIÇÃO..., 1977, p. 5).

Como podemos perceber, na perspectiva de uma educação ideológica o mecanismo da acusação do revisionismo servia tanto para a promoção de um modelo de conduta que deveria ser seguido pelo militante como para a manutenção do poder dos dirigentes dentro da estrutura partidária, uma vez que o “revisionista” representava uma ameaça interna, pois poderia ascender a “posições importantes na direção do Partido”. Ou seja, como destacou Jean Rodrigues Sales, trata-se de considerar “[...] o papel desempenhado pela disputa de poder dentro da estrutura partidária” (SALES, 2007, p. 70).

Quando o PC do B alinhou-se com o PC da China, na década de 1960, o maoísmo representava “a permanência ideológica da ortodoxia stalinista” (SALES, 2007, p. 70). Jean Rodrigues Sales, sobre este aspecto, observou que o maoísmo, ao “[...] defender a ortodoxia stalinista, deu suporte para que o partido estabelecesse uma estratégia revolucionária em que, necessariamente, deveria estar presente o horizonte da luta armada [...]”, ao contrário do

que fizeram “muitos grupos do período” ao partirem para “ações imediatas” (SALES, 2007, p. 76). A rigor, com o maoísmo, o PC do B também encontrou útil guarida para se contrapor ao PCB na medida em que este último optou em aderir às linhas pacifista e reformista defendidas no XX Congresso do PCUS, o “marco na escada da traição”.

É possível encontrar em *A Classe Operária* a recorrência de excertos de discursos de personalidades comunistas ou de suas obras para incentivar o estado de vigilância contra os “revisionistas traidores”. Em 1979, por exemplo, quando o PC do B alinhava-se politicamente à Albânia, o jornal elogiava o livro de autoria do chefe de Estado daquele país comunista, Enver Halil Hoxha, *O imperialismo e a Revolução*. Para o Comitê Central do PC do B, o livro deveria servir como leitura-base para “o firme combate ao revisionismo”⁸. Não raro, o jornal usou passagens selecionadas de Stalin, em *Fundamentos do Marxismo-leninismo*, publicação em português provavelmente de 1962. Esse compêndio de normas partidárias, elaboradas baseando-se em Lênin, servia como guia para a organização e conduta de muitos partidos comunistas. “O partido comunista”, asseverava Lenin, “[...] é a vanguarda da classe operária, isto é, a sua parte avançada, consciente, capaz de conduzir consigo as amplas massas trabalhadoras para a luta pela derrubada do capitalismo”. Seu pensamento de que “[...] educando o partido operário, o marxismo educa a vanguarda do proletariado, capaz de tomar o poder e conduzir o povo ao socialismo, de orientar e organizar o novo regime [...]” teve grande atenção por parte dos pecebistas⁹. Da mesma forma, o historiador francês Sylvain Boulouque, em seus estudos sobre a questão da traição no Partido Comunista Francês (PCF), identificou que muitas conferências de Joseph Stalin, compiladas e publicadas em francês sob o título *Principes du léninisme*, serviram de “substrato teórico à formação de militantes e de quadros do PCF”. Na obra, Stalin “[...] definiu o traidor como aquele que mina a unidade do Partido” (BOULOUQUE, 2010, p. 164). No caso do PC do B, mesmo quando não eram evocados excertos de forma direta, apelava-se para textos como: “Marx e Engels, e Lênin e Stálin combateram sempre ardorosamente todas as tendências oportunistas, convencidos de que esse era um meio eficaz de fazer avançar as ideias revolucionárias [...]” e, também, “[...]”

de assegurar o caráter classista do movimento operário e comunista (A TRAIÇÃO..., 1977, p. 8). Sob este aspecto, o PC do B via-se como o “único” e “verdadeiro” representante da classe operária no Brasil. O Partido, denunciaria o IPM 709, “[...] representa um escalão dirigente na conduta das massas, um organismo de comando e controle, orientado pela teoria revolucionária do comunismo”. Por isso, fazia-se necessário uma intensa atividade de educação ideológica para manter a “unidade” necessária para a revolução. Além de educar para uma vigilância constante, o combate contra o revisionismo era uma forma de tentar evitar cisões e “movimentos fracionistas” ou “liquidacionistas”. Desse modo, era preciso investir na prática da denúncia, da depuração, da expulsão dos membros que cometessem “traição revisionista”, pois também acreditava-se que o Partido não poderia abrigar em seu seio nenhum traidor já que, se assim o fizesse, estaria traíndo a própria classe operária, manchando a “pureza da ideologia proletária”¹⁰. Essa correlação entre partido e classe operária não admitia nada que pudesse macular sua imagem de “pureza” e “infalibilidade”.

O artigo *A traição revisionista*, quando publicado no jornal do PC do B, cumpria, por um lado, importante papel no que concerne à “Educação Comunista” de seus membros, buscando mobilizá-los para agirem de acordo com as normas de conduta e fidelidade pregadas pelo Comitê Central. Pensava-se que era

[...] impossível garantir a unidade de pensamento e de ação e tornar vitoriosa a revolução – como indica o exemplo de Outubro de 1917 – sem o combate intransigente aos oportunistas de todo gênero. O oportunismo, seja sob a forma do revisionismo, do reformismo, do social-democratismo, etc, é a manifestação da ideologia burguesa, o germe desagregador das fileiras proletárias. É incompatível e antagônico com os interesses da classe operária.¹¹

Para o PC do B, a Revolução contra o capitalismo só seria vitoriosa se o Partido fosse capaz de combater e vencer qualquer infidelidade ideológica ou tendência crítica no interior de suas fileiras, sobretudo as que representassem ameaça à unidade e ao centralismo

de sua estrutura hierárquica. Nesse sentido, o revisionismo, visto como atitude “oportunista”, era, também, sinônimo de “traição”. Combater o revisionismo também era uma forma de contribuir para a manutenção do poder de determinados membros do Partido em seus núcleos dirigentes. “A fidelidade”, sublinharia Sylvain Boulouque, “[...] é uma figura de valor cardinal na constituição e manutenção do poder comunista” (2010, p. 167).

Por outro lado, e, ao mesmo tempo, o mesmo texto também é revelador de outro aspecto importante para compreender a noção de “revisionismo” na retórica da traição. A ideia de que era imprescindível o “combate aos oportunistas” nos permite inferir, em consonância com os estudos sobre traição realizados na França, que a utilização do revisionismo como mecanismo de coerção e educação ideológica em prol da “unidade” estava vinculada a um contexto necessário para sua emergência e reverberação: o estado de guerra.

É evidente que a ideia de “estar em guerra”, ou “em combate”, está associada à leitura de mundo pressuposta a partir das lentes da luta de classes do marxismo e da postura revolucionária assumida pelos comunistas contra seus “inimigos” e/ou “traidores”. Por um lado, o marxismo-leninismo defende a existência de um “estado de guerra” permanente (proletariado *versus* burguesia) e a missão do partido comunista era de vencê-la, elevando a classe proletária ao poder sob outro sistema e forma de governo. Por outro, o estado de guerra era legitimador do movimento revolucionário e sua posição frente a este. “A guerra, real ou simbólica, é um período turvo que favorece os casos extremos, as rupturas, as reversões” (BOULOUQUE; GIRARD, 2007, p. 20). No estado de guerra, encontra-se o contexto favorável para a proliferação de práticas de denúncia de traição. Sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial essas práticas ficaram muito vinculadas a usos políticos, especialmente no que diz respeito às acusações e estigmatizações (SCHEHR, 2008).

O estado de guerra também pressupõe a presença constante de inimigos a combater. Dessa forma, os comunistas variaram seu alvo externo de “inimigo” de acordo com as conjunturas de seus estados de guerra (trotskismo, nazifascismo, imperialismo, neoliberalismo etc.). Sylvain Boulouque salientou que a noção de traição,

para os comunistas, desde os escritos de Lenine e, principalmente no que este fundamentou, “[...] repousa sobre uma representação ao mesmo tempo ‘externa’ e ‘interna’ da traição” (BOULOUQUE, 2010, p. 160).

Sua definição ‘externa’ [...], se constrói a partir do axioma “quem não está conosco está contra nós”. Ela é reforçada pela visão de um mundo dividido em duas classes necessariamente em guerra. [...] a definição ‘interna’ dela se articula em torno da representação de um Partido (comunista) que se reforça em sua purificação: os únicos “verdadeiros comunistas” são aqueles que se encontram exonerados da suspeita de traição. Estes militantes deveriam, como “homens de ferro”, encarnar a verdade e a infalibilidade da doutrina. (BOULOUQUE, 2010, p. 160)



Se a acusação de revisionismo era elemento importante para a vigilância interna do partido, simbolicamente ela integrava a necessidade da constante manutenção da purificação de suas fileiras, seja através das práticas de crítica e autocrítica, seja através das expulsões. Nesse sentido, a expulsão de Manoel Jover Teles também estava vinculada ao contexto de guerra dos comunistas contra seus “inimigos internos”, ditos “revisionistas” ou “fracionistas”, e, também, à prática simbólica da “purificação” das fileiras do Partido.

Liquider les traîtres: “centralismo democrático”, insubordinação e deserção

O “centralismo democrático” era outra característica presente na cultura política dos comunistas, especialmente no que concerne à organização, estrutura e funcionamento das redes de poder no interior dos partidos. Carlos Marighella, em artigo publicado em *Tribuna Popular*, referia-se positivamente a este princípio, enquanto membro do PCB em 1945:

Cabendo, antes de tudo, ao Partido Comunista do Brasil a defesa dos interesses da classe operária, por força mesmo dessa circunstância, é ele essencialmente democrático em sua estrutura e organização internas. Segundo o art. 27º dos Estatutos do P.C.B., “o princípio diretor da estrutura orgânica do Partido é o centralismo democrático”. Isso quer dizer que todos os órgãos dirigentes do Partido são eleitos. Não pode haver, portanto, dentro desses órgãos, nenhum dirigente que não goze da confiança da massa de membros do Partido. Nenhum dirigente comunista é imposto. [...] Entretanto, todos os órgãos dirigentes do Partido são obrigados periodicamente a prestar contas de sua atividade e conduta perante as respectivas organizações do Partido. [...] O centralismo democrático implica, além do mais, na manutenção de uma estreita disciplina de Partido e na subordinação da minoria à maioria. Essa subordinação é indispensável, sob pena do Partido não poder aplicar suas resoluções. Todos sabemos que, dentro do Partido, as discussões são realizadas até que se tomem as resoluções, todos são obrigados a cumpri-las, mesmo os que, nas discussões, não estiverem de acordo. Se fosse permitido aos que discordaram nas discussões deixar de aplicar as resoluções da maioria, o Partido não agiria como um todo na execução de suas tarefas práticas. Teríamos então o espetáculo do Partido do proletariado e do povo agindo, não como um todo, não como um bloco único, mas como frações de orientação desencontrada: uns de um lado, atuando de uma forma; outros de outro lado, atuando de uma forma diferente. [...] A classe operária e o povo estariam, assim, de pés e mãos amarrados diante de seus inimigos. A subordinação da minoria à maioria é, pois, uma necessidade democrática em benefício da própria causa do trabalhador, tão bem encarnada nos princípios que o Partido Comunista do Brasil defende.¹²

Não diferente, após a cisão de 1962, o princípio do “centralismo democrático” acompanhou o PC do B em sua trajetória. A crença nesse princípio como norteador da estrutura orgânica do Partido continuou fazendo parte da educação ideológica e das normas de

conduta dos pecebistas, conforme as mesmas argumentações presentes no texto de Marighella de décadas atrás. Todavia, isso não significa que os núcleos dirigentes tenham alcançado sucesso no que tange à “subordinação” dos seus membros às suas decisões. A utópica unidade era constantemente ameaçada, especialmente após as avaliações críticas das táticas partidárias em relação à ditadura militar. “A subordinação da minoria à maioria”, na prática, seria desvelada e criticada, sobretudo na década de 70.

No caso de Jover Teles, não sabemos se “a insurgência contra os líderes e a avaliação crítica de suas próprias crenças” tenha ocorrido apenas “após o abandono da organização”, como percebeu Jorge Ferreira ao analisar o percurso de alguns militantes (FERREIRA, 2002, p. 280). Não se tratava de um “simples” militante. Jover era membro da Executiva do Comitê Central e antes de ser expulso do Partido, e antes mesmo da Chacina da Lapa, realizou uma avaliação crítica em relação à Guerrilha do Araguaia que fora contrária à oficial adotada pela cúpula do partido. Jover Teles não ficou neutro em relação às divergências dos dirigentes sobre os significados da Guerrilha nas discussões que marcaram as reuniões do PC do B no ano de 1976. Como observamos, existiam duas posições na cúpula partidária. Uma partindo de Ângelo Arroio, na qual a experiência do Araguaia é enaltecida positivamente, e outra, de Pedro Pomar, na qual se destacavam críticas à Guerrilha, especialmente pelo partido não ter percebido fatores desfavoráveis do período para um confronto com o Exército. Manoel Jover Teles fazia parte da ala crítica de Pomar contra o relatório Arroio. Mesmo não conseguindo estancar as divergências, a posição de Arroio foi adotada pelo núcleo dirigente em setembro de 1976, com a publicação do artigo *Gloriosa jornada de luta*, em *A Classe Operária*¹³. Ambas as vertentes encontrariam-se três meses depois para, dentre outras questões, ainda discutir o assunto e tentar encontrar um consenso sobre a discórdia. No entanto, foram surpreendidos com a repressão do governo no episódio da Lapa que acarretou no assassinato de três líderes do PC do B. Três anos mais tarde, em junho de 1979, o mesmo jornal publicou resoluções e tarefas do partido definidas na VII Conferência Nacional do PC do B. Dentre elas, ficou estabelecido: “Aprovar, como ponto de partida para a sistematização daquela experiência (A Guerrilha do Araguaia),

o documento *Gloriosa Jornada de Luta*, de agosto de 1976”¹⁴. Jean Rodrigues Sales, grande estudioso sobre o PC do B, salientou que

[...] o documento final da VII Conferência não faz menção a tais divergências e elegeu o documento de Arroio como ponto de partida para a elaboração de uma resolução definitiva sobre a questão. Aos olhos de muitos militantes, a direção do PC do B cometera um grave erro ao não deixar transparecer os problemas internos relativos à guerrilha do Araguaia. Essas divergências, juntamente com as profundas modificações sofridas pela política partidária no início da década de 1980, levaram o PC do B a sofrer a maior crise interna de sua história. (SALES, 2007b, p. 2-3)

Se, para Teles, o Brasil não apresentava nenhuma das condições que poderiam fazer da questão Araguaia uma ação de sucesso, é bem possível que esse posicionamento continuou tendo reverberação em seu relatório sobre o caso da Lapa. Diferentemente do que era esperado, é provável que Manoel Jover Teles não tenha utilizado seu relatório como instrumento para a realização de uma autocrítica ou para se autorresponsabilizar sobre alguma coisa relacionada ao episódio da Lapa. Pelo contrário. O estudo realizado sobre sua trajetória (SILVEIRA, 2013) identificou que ele se defendeu até o fim da vida negando a efígie de traidor. De alguma forma, no conteúdo de seu Relatório, sobrevieram críticas ao núcleo dirigente, fato que representava um ataque ao baluarte irredutível do “centralismo democrático” e, por isso, a “traição revisionista” também seria acompanhada de insubordinação.

A “insubordinação” imputada a Jover Teles, ou a insurgência contra os líderes partidários, ao contrário de representar a prática do “centralismo democrático” descrita por Marighella em 45, ou mesmo evocada pelo PC do B a posteriori, também estava vinculada à retórica da traição na cultura comunista e à necessária tentativa do partido de se autoafirmar como infalível. De fato, desde o PCB, encontramos na “avaliação de muitos militantes (comunistas)” que “[...] o fim dos sonhos revolucionários se explicava pelos erros e desvios de dirigentes oportunistas” (FERREIRA, 2002, p. 281). Jorge

Ferreira esclareceu que, “[...] embora teoricamente democrática, a estrutura de poder dos partidos comunistas organizava-se sob forte centralização das decisões”. Conforme esclareceu o historiador, “[...] a direção, exercida pelo Comitê Central, era composta pelo secretário-geral e auxiliares de sua confiança – qualificados pelos militantes brasileiros, após 1945, como *núcleo dirigente*” (id., *ibid.*).

Para efeitos de democracia interna, o Congresso, convocado periodicamente pelo Comitê Central, assumia a autoridade suprema das decisões. Na prática, porém, o Congresso tão somente ratificava as propostas dos líderes. (FERREIRA, *id.*, p. 282)

No entanto, segundo Ferreira, “[...] poucos militantes ultrapassaram as simples acusações aos dirigentes e, aprofundando a crítica, questionaram o próprio partido e o modelo de organização leninista” (FERREIRA, *id.*, p.281-282). Dentre os casos citados por Ferreira, destacamos os exemplos das críticas dos militantes comunistas Agildo Barata e Hércules Corrêa.

Na avaliação de Barata, o *centralismo democrático* serviu como instrumento para fazer do PCB uma máquina de forjar *unanimidades*. Conhecido entre os militantes como “porrada de mãe”, o *centralismo democrático*, segundo Hércules Corrêa, era aquele “*Cala a boca!* com todo respeito, politicamente correto, *democrático*”. A instituição consistia na livre discussão entre os militantes até a convergência, por maioria, de opiniões consensuais – daí a denominação *democrática*. Após o acordo, todos se comprometiam a seguir, à risca, as decisões tomadas e cabia aos dirigentes impor a todos os rumos a seguir – daí o *centralismo*. A minoria que perdia nos debates, assim, devia acatar as resoluções decididas pela maioria. Na prática, porém, o *centralismo democrático* identificou-se com a *unanimidade*, sendo o Comitê Central aquele que decidia em nome da maioria. Para Agildo Barata, a degeneração dos partidos comunistas explica-se pelas manipulações e violações dos princípios que regiam o *centralismo democrático*. (FERREIRA, *id.*, p. 282)

Manoel Jover Teles, aos olhos do Partido, também desrespeitou o princípio do “centralismo democrático”, cometendo insubordinação partidária. No caso de Teles, o revisionismo e a insubordinação relacionam-se entre si como elementos que compunham a retórica da traição na cultura política dos comunistas. No contexto de sua expulsão das fileiras partidárias, o PC do B vivenciava uma enorme crise interna que, como em outros momentos, foi sendo “resolvida” com outros expurgos.

Em 1980, *A Classe Operária*, em número exatamente posterior ao expurgo de Jover Teles, publicou a expulsão de outros quatro membros do Comitê Central, igualmente acusados de revisionismo e insubordinação. “*Em defesa do Partido, dos seus princípios marxistas-leninistas, da sua linha política e da sua Unidade Inquebrantável*”, como seria a manchete de capa, o Comitê Central denunciou a “atividade fracionista” e “liquidacionista” por parte de dois Comitês Regionais, um da Bahia e, outro, de São Paulo, conhecido como “Estrutura 1”. Na ocasião, a denúncia seguida de expulsão centralizou-se sobre quatro membros do Comitê Central, nominados no jornal como Marcelo, Marcos, Otávio e Paulo. Eles, diria a notificação, “[...] desde há muito, atuavam como os principais instigadores e dirigentes do trabalho fracionista no Partido”; rompendo com “todos os princípios partidários se entregaram à pérfida tarefa de caluniar o Partido e tentar, de público, desmoralizá-lo e amesquinhá-lo”. “Objetivamente”, enfatizava, “[...] esses elementos servem à reação e ao imperialismo [...]” e “[...] colocam-se numa posição de inimigos de classe do proletariado revolucionário”¹⁵.

Para a cúpula do PC do B, o caso dos quatro comunistas tratava-se de uma conspiração contra a unidade do partido, pois os dirigentes tinham “violado na prática a disciplina e os princípios da organização”. “Conspirar” contra o partido poderia ser sinônimo tanto de revisionismo como de insubordinação naquela circunstância, especialmente se a postura do militante fosse de criticar o “núcleo dirigente” ou se opor a alguma resolução ou orientação.

As informações contidas no jornal a partir dos casos de Marcelo, Marcos, Otávio e Paulo também contribuem para caracterizar a crise interna do partido e seu estado de guerra contra os “inimigos internos” no final da década de 1970. A rigor, em todos os casos,

tratava-se de expurgos de dirigentes, ou seja, pessoas que, direta ou indiretamente, faziam parte do Comitê Central, aqueles que, segundo o partido, tinham responsabilidades maiores que às dos militantes, especialmente em relação à conduta e fidelidade à organização e suas linhas teórica e prática.

Segundo a denúncia de *A Classe Operária*, já se poderia notar “atitude antipartido” de Marcelo alguns anos antes, particularmente após a Queda da Lapa, no final de 1976, na ocasião da reconstituição da direção do Partido. Conforme denunciaria o PC do B, Marcelo “[...] tentou recrutar camaradas de base e organizar intermediários para criar um novo Comitê Central (C.C.) em oposição ao organismo dirigente em exercício”. Além disso, teria participado da organização de um grupo “diretista” e “liquidacionista” tentando “[...] promover a confusão ideológica e política e solapar a unidade do Partido”. Para o PC do B, Marcelo teria se aproveitado do vínculo que tinha com o Comitê Regional de São Paulo para, “[...] através dele, atacar o partido e sua direção”. A “insubordinação” de Marcelo ficaria mais evidente, sobretudo nos diversos argumentos presentes na resolução que o expulsou do C.C., dentre eles o fato de que “todas as intervenções” pronunciadas por Marcelo no C.C. “eram de fundo antipartidário” e difundidas entre “militantes e simpatizantes por conta própria”, através de cópias impressas. Para o partido, a postura de Marcelo traduzia-se como “[...] completo descaso pelo organismo que pertencia, ao qual não reconhecia qualquer autoridade”¹⁶.

Dentre os pontos destacados pelo PC do B acerca da conduta “antipartidária” de Marcos, dois nos parecem mais importantes para pensar o contexto da publicidade das expulsões. Um deles versa sobre a “insegurança e vacilações” do dirigente “na defesa do marxismo-leninismo e da linha partidária”, principalmente por ter sustentado “ideias maoistas” após as resoluções da VII Conferência do Partido que rompeu com o maoísmo entre 1978 e 1979¹⁷. O PC do B, a partir de 1978, rompeu com o Partido Comunista Chinês e enquadrou o maoísmo na lista do “revisionismo contemporâneo”¹⁸. Em *A Classe Operária*, é possível acompanhar a cisão desde uma carta do PC do B de apoio à Albânia e de crítica à China por ter cortado apoio àquele país, publicada em julho de 1978, até o número de dezembro de 1978, quando é publicado o documento *Breve Histórico*

das divergências com o Partido Comunista da China. Em seu conteúdo, há uma forte crítica à obra de Mao Tsé-Tung. Aquela que serviu como base desde o momento de sua organização no início dos anos 60 seria, naquele momento, renegada e caracterizada pelo Comitê Central do PC do B como “ecclética” e “não marxista-leninista”. Nessa perspectiva, sublinhou o documento: “Se é certo que nela existem opiniões corretas ou aproximadamente corretas, há também e em grande número juízos que refletem concepções não proletárias do mundo”¹⁹.

Jean Rodrigues Sales, sobre a mesma questão, analisando uma das críticas do Comitê Regional da Bahia²⁰, observou:

Em dezembro de 1979, o Comitê Regional baiano fez circular um texto no qual apresentava os motivos do descontentamento. Em primeiro lugar, criticava a Conferência por ter adotado o documento *Gloriosa Jornada de Luta* sem considerar que, desde 1974, havia divergências no C.C. sobre a guerrilha do Araguaia. Além disso, condenava a reunião por ela ter se limitado a “afirmar aos seus participantes, que todas as outras opiniões sobre o Araguaia continham desvios e que no fundo negavam a necessidade da luta armada”. Outra crítica levantada foi contra a resolução que abandonou o legado teórico de Mao Tse-Tung e as ligações com a China, sem qualquer esclarecimento ou discussão dos motivos para a nova postura em relação aos chineses. [...] Por exemplo, afirmavam os dirigentes baianos [...] “repudia-se brusca e radicalmente o pensamento de Mao, como se nunca o tivéssemos absorvidos; tenta-se mostrar como nunca assumimos as concepções da política externa chinesa, sem adotar uma postura autocrítica e sem que se diga uma linha sobre a nossa omissão em criticá-la...” (SALES, 2007b, p. 4).

É evidente que o ápice da crise interna do PC do B estava relacionado às resoluções da VII Conferência do partido, particularmente às relativas ao significado da guerrilha do Araguaia e ao rompimento com o maoísmo, como sustentou Sales. Contudo, outro acontecimento no cenário nacional contribuiu para a crise interna

do PC do B. Direta ou indiretamente, o surgimento do Partido dos Trabalhadores, o PT, atraiu muitos dos “inimigos internos”, especialmente os militantes que, devido ao “centralismo democrático” e à ideia da “infalibilidade do partido da vanguarda da classe operária”, não encontraram espaços para discussões, tampouco respostas para seus anseios. No caso das críticas dos dirigentes dos Comitês Regionais de São Paulo e Bahia, *A Classe Operária* iria salientar:

Revelando suas propensões social-democratas, Marcos recomendou o ingresso de militantes comunistas no chamado Partido dos Trabalhadores, contrariando decisões do órgão dirigente do PC do Brasil. [...] Otávio deu uma entrevista a um órgão de imprensa não partidário, na qual se apresentou como “dissidente” e em aberta oposição à tática aprovada pelo CC. Pregou também, nos mesmos termos, as idéias daqueles elementos acerca do denominado Partido dos Trabalhadores. Sua entrevista é um rompimento público com o Partido, uma adesão formal e clara à linha fracionista que ele vem sustentando há muito tempo. [...] Quanto à atividade de Paulo, membro do CC, tem idêntico caráter da de Marcelo, Marcos e Otávio. Aliado a estes três elementos, atuou como autêntica fração dentro do órgão dirigente do Partido, defendendo o cisionismo [...].²¹

Quanto às resoluções referentes aos casos de Marcelo, Marcos, Paulo e Otávio, o partido diria:

As medidas adotadas apoiam-se no centralismo-democrático, nos Estatutos do Partido, nos princípios leninistas que regem a vida partidária. Todavia, a vigilância revolucionária nas fileiras do Partido não deve cessar. Os fracionistas usarão de novos engodos para ver se conseguem abrir brechas na organização. A tarefa deles é se confundir com os comunistas e intitular-se dirigentes, empenhar-se no ataque ao Partido e à sua direção. Desmascará-los até o fim é o nosso dever. (*A Classe Operária*, id., op.cit.)

Examinando esses casos, podemos nos aproximar dos diferentes fatores que caracterizaram a crise vivida pelo PC do B na década de 1970, especialmente a partir de seu estado de guerra, que defendia a necessidade de uma luta ideológica permanente, particularmente contra seus “inimigos internos”. Associando essa questão com os casos de traição do Partido Comunista Francês estudados por Boulouque (2010), percebe-se que esta noção de caráter de guerra era duplamente utilitária. Por um lado, através da estrutura leninista de Partido ela permitia a manutenção do poder de parte de um núcleo dirigente que, através de elementos como o “centralismo democrático” e a imagem da “infalibilidade do Partido”, conseguia, na maior parte das vezes, aniquilar as oposições à cúpula partidária com relativo sucesso. O estado de guerra, nesse sentido, vinculava-se à crença de que apenas nos combates às tendências críticas e às posturas ou movimentos dissidentes em seu interior seria possível expurgar os “traidores” do seio da classe operária e alcançar a revolução. Por outro lado, este mesmo estado de guerra, retórica e simbolicamente, alimentava uma moral comunista que tinha como principal função promover determinados modelos de conduta e fidelidade ao Partido o qual deveria se apresentar sempre como uma organização marcada pela unidade e temperada pelo ódio de classe.

No texto de *A Classe Operária* que noticiou a expulsão de Jover Teles das fileiras do PC do B no início de 1980, encontramos um terceiro elemento que compôs a retórica da traição apontada pelo PC do B: a deserção. Até por não se tratar de um “simples militante” a deserção também foi vista como uma forma de traição, pois, conforme concepção exposta pelo Comitê Central, “[...] quando se trata de um dirigente, as exigências são maiores ainda, pois as suas responsabilidades são superiores às dos militantes”²². Como vimos, para o PC do B, Teles também “[...] desertou do Partido e de suas tarefas de dirigente da organização de vanguarda do proletariado”. Sobre este aspecto, Daniel Aarão Reis Filho salientou que abandonar o Partido significava abandonar os ideais e a luta da “classe operária”. Era “[...] renunciar à revolução”. “Deixar a organização é trair”, salientou. (REIS FILHO, 1990, p.134)

Após a chacina da Lapa, em 1976, Manoel Jover Teles foi para Porto Alegre e recomeçou a vida longe do partido, utilizando-se do

nome falso “Antônio Lima”. A deserção imputada pelo silêncio e o afastamento de Teles em relação ao Partido teria outra proporção a partir da década de 1990, cuja explicação fugiria dos objetivos e limites deste texto. No contexto do que fora considerado “deserção”, Teles teria desonrado o “Partido da Classe Operária”. “A principal preocupação do membro do Partido é lutar de corpo e alma para ser comunista a vida inteira e não buscar ser o ‘companheiro de viagem’ de que falava Lênin”, sublinharia *A Classe Operária* em julho de 1977, orientando seus quadros de que a primeira razão da vida de um comunista deveria ser “[...] honrar o título de membro do partido”. Esta “honra” abrangia a concepção de jamais abandonar o partido e, por conseguinte, a causa revolucionária.

Considerações finais

A partir de informações analisadas no Jornal *A Classe Operária* (edições das décadas de 1970 e 1980), no Inquérito Policial Militar 709, bem como em dados localizados na pesquisa bibliográfica realizada no Brasil e na França, foi possível perceber que a utilização da qualificação de “traição”, ou de “traidor”, colaborava para a fabricação ou manutenção de determinados arquétipos da cultura comunista em geral. Desde os escritos de Lênin, as figuras da “traição” e do “traidor” passaram a ser elementos relevantes na cultura comunista. Os casos das expulsões aqui analisados permitiram perceber que a traição poderia tomar várias faces, isto é, diferentes denominações, como o revisionismo, a insubordinação e a deserção.

Nos momentos de crise, como os vivenciados pelo PC do B no período após a chacina da Lapa, a retórica da traição agia mobilizando elementos da Conduta e Fidelidade exemplares. A conduta comunista aglutinava uma série de obrigações por parte do militante: sacrificar interesses particulares e pessoais em detrimento dos interesses do Partido; submeter-se à disciplina, às normas e às teses do Partido; participar da Ação Partidária; realizar a crítica e a autocrítica; ajudar a classe operária a tomar consciência de sua “missão histórica” de libertação e emancipação; não desertar – “não abandonar o caminho da luta”; não manter-se indiferente ou neutro em face às posições

de direita ou contrárias ao Partido; lutar e zelar intransigentemente pela unidade ideológica, política e orgânica do Partido, observando e defendendo a disciplina partidária; esforçar-se em elevar o nível de consciência política e ideológica; e lutar contra os inimigos da causa revolucionária e do povo. Para conseguir adquirir e demonstrar essa conduta, todo militante deveria demonstrar fidelidade: ao internacionalismo proletário; ao stalinismo, ao marxismo e ao leninismo (bases ideológicas); à memória das bases ideológicas; aos estatutos e documentos do partido ou indicados pelo partido; ao centralismo democrático; ao sigilo e à segurança; à crença na Revolução e no papel dos militantes e dirigentes; ao ódio de classe; à pureza da ideologia proletária e à classe operária.

As figuras do “traidor” e da “traição” eram importantes vetores de uma educação ideológica e partidária, pois contribuíam para a mobilização e sustentação de dois dos principais campos da Moral Comunista, o da conduta e o da fidelidade. Juntas, elas contribuíram na produção e na transmissão de um sentido de unidade e um sentido para a manutenção hierárquica do “centralismo democrático” na estrutura partidária comunista. A utilização destas imagens favorecia o trabalho de educação ideológica, a vigilância e o controle dos militantes no seio dos partidos. Desse modo, na perspectiva da cultura comunista, a retórica da traição inseriu-se na produção de convicções que serviam pedagógica e politicamente.

IN THE NAME OF UNITY: TREASON AND THE COMMUNIST MORAL.

Abstract: The article intends to cause a reflection on the notion of treachery and its interfaces with the Communist moral. Reading and analyzing texts published in *A Classe Operária* (The Working Class) in the seventies and eighties an aiming to explain that the evocation and use of the qualification “treason” or “traitor” in the Communist parties have served, above all, for the mobilization of two important fields of the Communist Moral, responsible for producing and transmitting a sense of unity and therefore act on the maintenance of their hierarchical structures.

Keywords: Treason. Communism. Communist dissidence.

Notas

¹ O estudo em questão foi tema de minha tese de Doutorado em História, intitulada *Além da traição: Manoel Jover Teles e o comunismo no Brasil do século XX*. O texto deste artigo é uma versão modificada de um dos capítulos de minha tese de doutorado em História e está associado às reflexões produzidas no projeto de pesquisa “A traição como objeto: traidores e traição em jornais comunistas no Brasil da Guerra Fria”, em desenvolvimento na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

² Cabe registrar também a observação de Michel Meyer, em *La Rhétorique*. Segundo ele, quando pensa-se nas formas de problematizar a retórica, “*on peut mettre en question la question même, sa légitimité, son opportunité, sa pertinence*”. Para Meyer, “[...] toute réponse à une mise en question fait appel à ces trois grandes exigences, l’identité du sujet en question, la réponse qui le caractérise par rapport à la problématique posée, et la raison qui fait qu’on a énoncé cette réponse plutôt qu’une autre” (MEYER, Michel. *La Rhétorique*. Deuxième édition. Paris: PUF, 2010, p. 68-69).

³ Ver também: GIRARD, Pascal. *Le cinquième colonne en France, 1944-1946*. In: BOULOUQUE, Sylvain; GIRARD, Pascal. *Traîtres et trahisons: guerres, imaginaires sociaux et constructions politiques*. Paris: Seli Arslan, 2007.

⁴ Stálin, apud FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito*. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: EdUFF/ Mauad, 2002, p.159.

⁵ Este jornal foi órgão oficial do PCB entre 1925 e 1952, circulando com diversas interrupções e de forma predominantemente clandestina durante esse período. Segundo o verbete assinado por Marieta de Moraes Ferreira, em 1952, ele “foi fechado pelo próprio PCB” e, com a cisão de 1962, foi relançado e “voltou a circular como órgão oficial do novo partido”, o PC do B. As edições, após o golpe militar de 64, eram divulgadas de forma clandestina, geralmente mimeografadas, mensal ou bimestralmente. Ver Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 22 dez. 2012.

⁶ Jover Teles expulso das fileiras Partidárias. *A Classe Operária*, n.143, maio/jun. 1980, p. 22. O “Massacre da Lapa” ou “Chacina da Lapa” ocorreu em 16 de dezembro de 1976. Foi uma operação militar nos “anos de chumbo” montada por setores do Exército que descobriu e liquidou com o “aparelho” onde a cúpula do PC do B se reunia na clandestinidade: uma casa localizada no bairro da Lapa, em São Paulo. O fato ocasionou uma grave crise no PC do B que ficou desmantelado com as prisões e os assassinatos dos principais dirigentes do partido que não haviam sucumbido no Araguaia. Sobre o tema, ver POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa. Como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB – São Paulo, 1976*. 3. ed. SP: Fundação Perseu Abramo, 2006. O Relatório de Manoel Jover Teles

sobre sua versão em relação à Chacina é enviado ao Partido alguns anos depois do ocorrido ao núcleo dirigente do PC do B que, mas tarde, o acusou de traição por acreditar ter sido Jover o “delator” responsável por passar aos militares o endereço do “aparelho” da Lapa. A traição por delação ocorre em uma segunda expulsão que também fora publicada no Jornal do Partido e não será abordada neste texto, considerando os limites dos recortes estabelecidos para o artigo.

⁷ A TRAIÇÃO revisionista. *A Classe Operária*, n° 120, nov. 1977, p. 5

⁸ *A Classe Operária*, n° 138, jul. 1979, p. 8.

⁹ Fundamentos do Marxismo Leninismo. Ed. Vitória, 1962, p. 352. apud: O COMUNISMO no Brasil. Inquérito Policial Militar 709. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. Vol. 1, p.69

¹⁰ *A Classe Operária*, n° 147, maio/jun. 1981, p.1.

¹¹ *A Classe Operária*, n° 147, maio/jun. 1981, p.1.

¹² MARIGHELLA, Carlos. O que é o nosso partido? *Tribuna Popular*, n. 61, 31-07-1945, p. 3-4. A *Tribuna Popular* foi um Jornal carioca diário do PCB, criado em 22 de maio de 1945 e fechado em dezembro de 1947. Para mais informações, consultar o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV*. Verbetes disponíveis em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

¹³ *A Classe Operária*, n. 109, set. 1976, p. 4-10.

¹⁴ *A Classe Operária*, n. 137, jun. 1979, p. 11. “A VII Conferência foi realizada em Tirana, capital da Albânia, e contou com a participação dos dirigentes e militantes que estavam no exterior e de alguns que conseguiram sair do país clandestinamente para o encontro” (SALES, 2008, p. 2).

¹⁵ *A Classe Operária*, n. 144, jul./ago. 1980, p. 4-5.

¹⁶ *A Classe Operária*, n. 144, id., ibid.

¹⁷ *A Classe Operária*, n. 144, id., ibid.

¹⁸ Jargão da época utilizado pelos comunistas brasileiros, especialmente pelo PC do B; geralmente servia para indicar as linhas teóricas e práticas adotadas em outros países comunistas, que ficavam em oposição às adotadas pelo partido. Na acusação de *Revisionismo Contemporâneo*, no final da década de 1970, o PC do B destacava externamente os casos da URSS, Cuba e China e, internamente, o caso do Partido dos Trabalhadores, o PT.

¹⁹ *A Classe Operária*, n. 132, dez. 1978, p.19.

²⁰ Documento do Secretariado Regional da Bahia intitulado “Sobre nossos erros e divergências: sua discussão e correção”, de janeiro de 1980, citado por Sales (2008) e disponível no “Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na UNICAMP.

²¹ *A Classe Operária*, n. 144, jul./ago. 1980, p. 4-5.

²² *A Classe Operária*, n. 117, jul. 1977, p. 17.

Referências

- BOULOUQUE, Sylvain. Communisme et trahison. In. JAVEAU, Claude; SCHEHR, Sébastien (Dir.). *La trahison: de l'adultère au crime politique*. Paris: Berg International, 2010.
- BOULOUQUE, Sylvain; GIRARD, Pascal. *Traîtres et trahisons: guerres, imaginaires sociaux et constructions politiques*. Paris: Seli Arslan, 2007.
- FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito*. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: EdUFF/ Mauad, 2002,
- FOUCAULT, Michel. *El Coraje de la Verdad*. El Gobierno de sí y de los otros II. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- GIRARD, Pascal. Le cinquième colonne en France, 1944-1946. In. BOULOUQUE, Sylvain; GIRARD, Pascal. *Traîtres et trahisons: guerres, imaginaires sociaux et constructions politiques*. Paris: Seli Arslan, 2007.
- GOERGEN, Pedro. Educação moral hoje: cenários, perspectivas e perplexidades. *Educação e Sociedade*, v. 28, n. 100. Ed. Especial, out.2007.
- JAVEAU, Claude; SCHEHR, Sébastien. *La Trahison: de l'adultère au crime politique*. Paris: Berg International éditeurs, 2010.
- LIMA, Heitor Fereira. *Caminhos percorridos*. Organização do Arquivo de História Social Edgard Leuenroth – Unicamp: Brasiliense, 1982,
- MARIGHELLA, Carlos. O que é o nosso partido? *Tribuna Popular*, n. 61, 31-07-1945, p.3-4.
- MEYER, Michel. *La Rhétorique*. Deuxième édition. Paris: PUF, 2010
- O COMUNISMO no Brasil. Inquérito Policial Militar 709. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.
- POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa*. Como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB – São Paulo 1976. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro*. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.134.
- SALES, Jean Rodrigues. Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, 2007b.
- _____. Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil*. v. 6. Partidos e movimentos após os anos 1960. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

SCHEHR, Sébatien. *Traîtres et trahisons*: de l'Antiquité à nos jours. Paris: Berg International, 2008.

SILVEIRA, Éder da Silva. *Além da traição*: Manoel Jover Teles e o comunismo no Brasil do século XX. Tese (Doutorado em História). 2013. São Leopoldo, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

Recebido em: 23/03/2014
Aprovado em: 27/08/2014